



## **PARECER JURÍDICO n.º 008/2022/SAPL**

Em análise ao projeto/mensagem sob o n.º. 013/2022/SAPL que “*Determina Feriado Municipal no Dia de Carnaval*”, temos a dizer o seguinte:

O projeto em questão versa sobre criação de feriado, transformando em lei a comemoração de uma data nacionalmente reconhecida e que já é praticada pelo sistema bancário, órgãos públicos e muitos outros segmentos.

A fixação do feriado em tal dia, acaba com a celeuma que ocorre nalgumas situações, onde o funcionário, empresário ou gestor público fica em dúvida se abre ou não o seu estabelecimento.

**Ressaltamos o acima exposto trata-se de um parecer opinativo, ou seja, tem caráter técnico-opinativo que não impede a tramitação e até mesmo consequente aprovação.** Nesse sentido é o entendimento do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL que, de forma específica, já expôs a sua posição a respeito, *in verbis*:

“O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo. Nada mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito, opinião técnico-jurídica, que orientará o administrador na tomada da decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução *ex officio* da lei. Na oportunidade do julgamento, porquanto envolvido na espécie simples parecer, ou seja, ato opinativo que poderia ser, ou não, considerado pelo administrador.” (Mandado de Segurança n° 24.584-1 - Distrito Federal - Relator: Min. Marco Aurélio de Mello – STF.) *Sem grifo no original.*

Assim é o parecer que ora submeto à apreciação da digna Comissão de Constituição, Justiça e Redação desta Casa.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ  
PODER LEGISLATIVO  
ESTADO DE RONDÔNIA

---

Considerando que não estão presentes vícios ou defeitos que ensejem alterações ou proposta de emendas, esta Procuradoria Jurídica opina pela **legalidade e constitucionalidade** do referido Projeto de Lei, vez que não contém qualquer vício em sua redação ou burla a legalidade.

É o parecer, salvo melhor juízo.

São Miguel do Guaporé, 08 de março de 2022.

---

Neide Skalecki Gonçalves  
Procuradora Jurídica – OAB-RO 283-B